



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo n° 10830.004482/2006-51
Recurso n° Especial do Procurador
Acórdão n° 9101-002.845 – 1ª Turma
Sessão de 12 de maio de 2017
Matéria COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS E DE BASES DE CÁLCULO NEGATIVAS DE CSLL. LIMITE LEGAL.
Recorrente PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Interessado SUMATRA - COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2004

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL. DECLARAÇÃO FINAL. LIMITAÇÃO DE 30%.

O prejuízo fiscal poderá ser compensado com o lucro real posteriormente apurado, observado o limite máximo, para a compensação, de trinta por cento do referido lucro real. Não há previsão legal que permita a compensação de prejuízos fiscais acima deste limite, ainda que seja no encerramento das atividades da empresa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de não conhecimento por intempestividade. Por maioria de votos, acordam em conhecer parcialmente do Recurso Especial, apenas quanto ao IRPJ, vencidos os conselheiros Rafael Vidal de Araújo (relator) e André Mendes de Moura, que conheceram também quanto à CSLL. No mérito, na parte conhecida, por voto de qualidade, acordam em dar-lhe provimento, vencidos os conselheiros Cristiane Silva Costa, Luís Flávio Neto, Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado) e Gerson Macedo Guerra, que lhe negaram provimento. Designada para redigir o voto vencedor, quanto ao conhecimento, a conselheira Adriana Gomes Rego.

(assinado digitalmente)

Carlos Alberto Freitas Barreto - Presidente

(assinado digitalmente)

Rafael Vidal de Araujo - Relator

(assinado digitalmente)

Adriana Gomes Rego – Redatora designada

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Adriana Gomes Rego, Cristiane Silva Costa, Andre Mendes de Moura, Luis Flavio Neto, Rafael Vidal de Araújo, Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado em substituição à ausência da conselheira Daniele Souto Rodrigues Amadio), Gerson Macedo Guerra, Carlos Alberto Freitas Barreto (Presidente).

Relatório

Contra o Sujeito Passivo acima identificado foram lavrados:

I - O Auto de Infração às fls. 09-12, com a exigência do crédito tributário no valor de R\$20.053.965,79, a título de Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), juros de mora e multa de ofício proporcional apurado pelo regime de tributação com base no lucro real no ano-calendário de 2004.

Consta na Descrição dos Fatos:

001 - GLOSA DE PREJUÍZOS COMPENSADOS INDEVIDAMENTE INOBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30%.

Compensação indevida de prejuízo(s) fiscal(is) apurado(s), tendo em vista a inobservância do limite de compensação de 30% do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas e autorizadas pela legislação do Imposto de Renda, conforme Termo de Verificação Fiscal -IRPJ e CSLL anexo.

Para tanto, foi indicado o seguinte enquadramento legal: art. 247, art. 250, inciso III do art. 251 e art. 510 do Regulamento do Imposto de Renda constante no Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR, de 1999).

Consta no Termo de Verificação Fiscal, - IRPJ e CSLL, fls. 17-19:

1. No exercício das funções de Auditor-Fiscal da Receita Federal e na forma do disposto nos artigos 904 e 926 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto 3.000 de 26 de março de 1.999, RIR/99, em procedimento de fiscalização junto à empresa SUMATRA CAFÉS DO BRASIL S.A., CNPJ 52.681.616/0001-79, em cumprimento ao MPF 081.04.00-200500371-8, verificações obrigatórias, constatamos que esta sofreu uma cisão total, com levantamento de balanço final em 31-10-2.004, tendo a empresa em epígrafe, que teve vertido a seu favor a grande maioria

dos ativos da cindida, figurado como sucessora e responsável por direitos e obrigações que viessem a ser apurados, ainda que ocultos por ocasião do evento, conforme ata da assembléia extraordinária que aprovou a cisão.

2. Até a data do início da ação fiscal, o contribuinte não havia tomado as medidas pertinentes, junto à Secretaria da Receita Federal, para o cancelamento do CNPJ da cindida, só o fazendo após intimação desta fiscalização, indicando a SUMATRA COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. como sua sucessora.

3. Ainda cumprindo o roteiro das verificações obrigatórias, apuramos a seguinte infração, relativa ao IRPJ da cindida: [...]

Das infrações apuradas:

IRPJ e CSLL

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

LIMITE DE 30% - não observância Ano calendário 2.004

4. Em 31-10-2.004, tendo em vista a ocorrência de cisão total, o contribuinte procedeu à apuração do Lucro Real do período 01-01-2.004 a 31-10-2.004, apresentando sua DIPJ com esta informação.

5 Conforme a apuração no livro -DIÁRIO-, este apresentou um lucro líquido contábil de R\$ 42.813.179,45 que após as exclusões e adições, gerou um Lucro Real, antes da compensação de prejuízos, de R\$ 56.634.182,28.

6 Entretanto, na compensação de prejuízos fiscais acumulados, este não respeitou o limite de 30% estabelecido pelo artigo 250, inciso III do RIR/99 e Lei no 9.065, de 1995, art. 15 e parágrafo único e compensou todo o Lucro Real apurado, quando por determinação do referido comando legal, esta compensação se limitaria a R\$ 16.990.254,68 (30% de R\$ 56.634.182,28), agindo da mesma forma na apuração da base de cálculo da CSLL - Contribuição Social sobre o lucro Líquido. [...]

Dos procedimentos adotados pela fiscalização:

9 Tendo em vista a sucessão havida pela cisão total e estando a empresa sucessora domiciliada na cidade de Santos, SP, foi solicitada a emissão do competente MPF acima mencionado, pela Superintendência da Receita Federal 8ª RF, para que a sucedida pudesse suportar o lançamento, na qualidade de sucessora.

Conclusão:

10 Pelo exposto, estamos procedendo à glosa do montante acima, indevidamente compensado, e procedendo ao lançamento, contra a sucessora, na qualidade de responsável pela sucedida, em Auto de Infração anexo, do qual este passa a fazer parte integrante e indissociável, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sobre o montante indevidamente compensado, juntamente com seus acréscimos legais.

11 Para constar e surtir os efeitos legais, lavramos o presente termo, em 03 (três) vias de igual forma e teor, assinado pelo(s) Auditor(es) Fiscal(is) da Receita Federal e pelo contribuinte ou seu representante legal, que neste ato recebe uma das vias.

Em decorrência de serem os mesmos elementos de provas indispensáveis à comprovação dos fatos ilícitos tributários foi constituído o seguinte crédito tributário pelo lançamento formalizado neste processo:

II - O Auto de Infração às fls. 13-16, com a exigência do crédito tributário no valor de R\$7.234.025,68, a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), juros de mora e multa de ofício proporcional apurado pelo regime de tributação com base no lucro real no ano-calendário de 2004.

Consta na Descrição dos Fatos:

001 - CSLL - BASE DE CALCULO NEGATIVA DE PERÍODOS ANTERIORES. COMPENSAÇÃO INDEVIDA DE BASE DE CALCULO NEGATIVA DE PERÍODOS ANTERIORES

Compensação indevida de prejuízo(s) fiscal(is) apurado(s), tendo em vista a inobservância do limite de compensação de 30% do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas e autorizadas pela legislação do Imposto de Renda, conforme Termo de Verificação Fiscal -IRPJ e CSLL anexo.

Para tanto, foi indicado o seguinte enquadramento legal: art. 2º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, art. 58 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995 e art. 19 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Cientificado, o Sujeito Passivo apresentou a impugnação, fls. 105-11.

Está registrado no Acórdão da 5ª TURMA/DRJ/CPS/SP nº 05-17.694, de 25.05.2007, fls. 203-211:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 30/10/2004

SUCESSÃO. CISÃO TOTAL. ALEGAÇÃO DE ERRO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO.

Se a autuada teve vertido em seu favor a quase totalidade dos ativos da cindida, e, no ato de cisão, figurou como sucessora e responsável por direitos e obrigações que viessem a ser apurados, não se configura erro de identificação do sujeito passivo.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Data do fato gerador: 30/10/2004

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CALCULO NEGATIVA DE CSLL.

LIMITE DE 30%. CISÃO. As normas legais que estabeleceram limite de 30% do lucro líquido ajustado para compensação de prejuízos e base negativa de CSLL não contem exceção para as empresas extintas por cisão total.

Lançamento Procedente [...].

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, ACORDAM os julgadores da 5ª Turma de Julgamento da DRJ Campinas, por unanimidade considerar PROCEDENTES as exigências relativas ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Notificado, o Sujeito Passivo apresentou o recurso voluntário, fls. 218-228.

Está registrado no Acórdão nº 107-09.447, de 13.08.2008, fls. 241-246:

IRPJ CSLL COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAIS E BASES DE CALCULO NEGATIVAS APURADAS EM PERÍODOS ANTERIORES .CISÃO.INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO.

Constitui pressuposto da aplicação da limitação à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas a continuidade das atividades do contribuinte e a paulatina apropriação dos prejuízos.

Nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação, com a conseqüente extinção da personalidade jurídica da sucedida, não se faz possível a aplicação do limitador, dês que tal determinaria o fenecimento do direito do contribuinte. Precedentes deste Conselho. [...]

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

O processo foi encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 12.12.2008 (Despacho de Encaminhamento de fls. 247-249). De acordo com o disposto no art. 79 do Anexo II, do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 2015, a intimação presumida da PGFN ocorreu em 11.01.2009. Em 14.01.2009, tempestivamente, foi interposto o recurso especial de fls. 251-256 (Despacho de Encaminhamento de fl. 257).

Suscita que:

De acordo com o art. 7º, inciso I do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, caberá, privativamente ao Procurador da Fazenda Nacional, recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, de "decisão não unânime da Câmara, quando for contrária à lei ou à evidência da prova".

Ora, o entendimento manifestado pela ilustre maioria, ao permitir a compensação integral de prejuízos fiscais, ou seja, sem a observância do limitador de 30%, afrontou o artigo 15 da Lei no 9.065/95, na medida em que tal dispositivo legal não faz qualquer ressalva a situações em que há a cisão total da empresa.

Não se pode olvidar, como será demonstrado, a ofensa ao artigo 514 do RIR 99, bem como ao Art. 229, §1º da Lei nº 6.404/76.

Ademais, ao julgar dessa maneira, a decisão acima diverge do entendimento firmado neste Primeiro Conselho de Contribuintes, como se verifica do julgado abaixo:

"Acórdão 105-15.908

INCORPORAÇÃO DECLARAÇÃO FINAL - Inexiste amparo para, a luz da legislação que rege a matéria, se proceder, em virtude do desaparecimento da empresa em decorrência de reorganização societária, a compensação dos prejuízos fiscais sem observância do limite de 30% a que se reporta o artigo 15 da Lei no 9.065, de 1995. No contexto do ordenamento jurídico-tributário, em homenagem ao princípio da legalidade, o silêncio da lei não pode ser preenchido pelo seu intérprete, mormente na situação em que tal interpretação objetiva assegurar direito não contemplado, nem mesmo pela via de exceção, nos diplomas legais que regem a matéria. Recurso negado."

Ao contrário do entendimento da Câmara *a quo*, a Quinta Câmara entendeu não haver, no ordenamento jurídico, possibilidade de compensação de prejuízos fiscais em patamar superior aos 30% expressamente estipulados, mesmo havendo o desaparecimento da empresa detentora do direito à compensação.

Embora o acórdão citado trate de "incorporação", a matéria nele abordada amolda-se perfeitamente à hipótese tratada no presente caso de cisão.

Assim, restando comprovada a existência de ofensa à legislação que rege a matéria, requer a admissão do presente recurso especial.

II — DO MÉRITO

Data vênua, o acórdão proferido pela e. Câmara a quo merece ser reformado por expressa afronta à legislação em vigor, bem como à jurisprudência deste Conselho.

Quanto à compensação de prejuízos, a legislação em vigor dispõe:

Lei nº 9.065/95 [...]

Como se observa, a legislação é expressa ao estipular uma limitação (30%) à possibilidade de compensação de prejuízos. De se notar, por oportuno, não haver quaisquer ressalvas na lei quanto a sociedades que fossem extintas em razão de cisão, incorporação ou fusão.

Em verdade, há previsão normativa expressa no sentido de não ser possível empresa sucessora a compensação de prejuízos fiscais da sucedida, senão vejamos:

RIR 99

"Incorporação, Fusão e Cisão

Art. 514. A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais da sucedida (Decreto-Lei no 2.341, de 1987, art. 33)."

Com efeito, senhores(as) Conselheiros(as), todos os comandos legais levam conclusão de não ser possível a compensação de prejuízo fiscal sem a observância da chamada "trava de 30%". Qualquer conclusão em sentido contrário ofende a legalidade, bem como afronta a segurança jurídica.

Ora senhores (as), admitir que a sucessora possa compensar integralmente o prejuízo fiscal da sucedida é admitir que uma operação societária possa conferir à sucessora mais direitos do que detinha a sucedida, em clara ofensa à previsão do §1º do Art. 229 da Lei no 6.404/76, *verbis*:

"Cisão [...]"

Ora, se à sucedida não assistia o direito à compensação integral, não há se deferir tal direito à sociedade sucessora.

III — DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer a Fazenda Nacional seja dado provimento ao presente recurso especial, a fim de reformar o acórdão proferido pela Câmara *a quo* e, conseqüentemente, mantido o lançamento tributário.

Houve seguimento ao recurso especial da PGFN (Despacho de Admissibilidade do Recurso Especial de 06.10.2009, fl. 257), uma vez que o antigo RICSRF, no seu artigo 7º, inciso I, c/c parágrafo 1º, facultava privativamente a Fazenda Nacional interpor recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais de "decisão não unânime de Câmara, quando for contrária à lei ou à evidencia de prova" em relação à "Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo Negativas da CSLL sem Observância do Limite de 30% do Lucro Líquido.

Notificado em 02.12.2009, fl. 262, o Sujeito Passivo apresentou em 17.12.2009, fl. 281, as suas contrarrazões, fls. 284-295.

Argui que:

Insurge-se a Douta Procuradoria da Fazenda Nacional contra o Acórdão n° 107-09.447, da Egrégia Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes que, por maioria de votos, deu provimento integral ao Recurso Voluntário manejado pela Contribuinte, ora Recorrida, para afastar as exigências ultimadas pelo Fisco.

A Douta Procuradoria, a rigor da fundamentação do seu recurso, sustenta que o acórdão recorrido afrontou o artigo 15 da Lei nº 9.065/95, dispositivo esse que estabelece o limite para a utilização de prejuízos fiscais.

Não há, portanto, insurgência expressa contra a autuação ultimada com base no artigo 16 da referida Lei, que prevê a limitação de 30% na utilização da base de cálculo negativa da CSLL.

Destarte, será nesse âmbito e no tocante á matéria expressamente impugnada — artigo 15 da Lei n° 9.065/95 - que as presentes contrarrazões serão apresentadas.

Todavia, antes de adentrar ao mérito desse necessário contraponto, a Interessada pede licença para apontar, em preliminar, o manifesto impedimento para o definitivo conhecimento do recurso, eis que há fundada dúvida sobre a tempestividade do apelo fazendário. Também em sede preliminar, quer a Recorrida argüir a preclusão operada quanto A glosa relativa A base de cálculo negativa, eis que essa matéria não foi expressamente contestada no presente recurso, que, frise-se, apontou tão-somente a suposta violação ao artigo 15 da Lei n° 9.065/95, que cuida exclusivamente da limitação utilização de prejuízos fiscais.

E o que será demonstrado a seguir!

II — PRELIMINARMENTE

1. DA DÚVIDA SOBRE A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO MANEJADO PELA PFN. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO

O Recurso Especial, previsto no Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, constitui importante instrumento processual colocado A disposição do Contribuinte e da Fazenda Nacional, com a finalidade precípua de uniformizar a jurisprudência na esfera administrativa.

Entre as verificações que antecedem a análise de mérito do Recurso Especial, merece destaque a aferição da tempestividade, assim entendida como pressuposto recursal objetivo. Vale dizer, sendo o recurso apresentado após o prazo previsto, não há como, legitimamente, ultimar a apreciação das razões nele desfiladas.

No caso concreto, a análise dos elementos dos autos que indicam o trâmite do presente processo administrativo, data máxima vênua, deixam margem à dividas quanto à efetiva data da ciência da decisão recorrida por parte do órgão de representação da Fazenda Nacional.

Para uma melhor compreensão desse insofismável argumento de defesa, a Recorrida pede licença para apresentar, no que interessa ao presente contraponto, a ordem cronológica de tramitação do processo em comento, consoante acompanhamento realizado na página eletrônica do CARF (doc. 01): [...]

Os autos do processo, por sua vez, apresentam a seguinte ordem:

- 31.10.2008 — Despacho determinando o encaminhamento do Acórdão recorrido para ciência da PGFN (doc. 02);
- 11.11.2008 — Encaminhamento dos autos à PGFN (doc. 03);
- 12.12.2008 — Recebimento do processo pela PGFN (doc. 04);
- 12.01.2009 — Termo de ciência assinado pelo Procurador da Fazenda Nacional (doc. 02);
- 13.01.2009 — Data da assinatura do Recurso Especial (doc. 05)

- 14.01.2009 — Interposição do Recurso Especial pela PGFN (doc. 05).

Da análise dessa ordem cronológica, conclui-se que o recurso ora contraposto, versado sobre matéria complexa, que certamente exigiu aprofundado estudo por parte de seu subscritor, foi elaborado em apenas 01 um dia. Essa circunstância, acrescida do fato de o processo estar à disposição da PGFN desde o dia 12.12.2008, deixa grande e fundada dúvida sobre a data da real ciência do acórdão recorrido, pois, não é demais repetir, a elaboração de tão complexo recurso em apenas 01 (um) dia trata-se de tarefa de difícil —impossível até — cumprimento.

Ora, se a ciência, de fato, ocorreu no dia 12.12.2008, por qual razão o Ilustre Procurador iria se apressar em apresentar o complexo recurso no segundo dia do prazo, quando ainda dispunha de mais 13 (treze) dias para tomar tal providência?

Destarte, havendo fundada dúvida sobre a correta data da ciência do acórdão recorrido (12.01.2009), deve essa CSRF efetuar a contagem do prazo recursal com base na data do recebimento dos autos pela PGFN, qual seja, o dia 12.12.2008 (doc. 04), eis que sobre tal data não existe dúvida alguma.

Assim, realizando-se a contagem do prazo nos moldes propostos, fica evidenciada a intempestividade do Recurso Especial interposto pela PGFN, o que impossibilita a apreciação do mérito do apelo fazendário.

Diante do argüido, a Recorrida requer o não conhecimento do Recurso Especial manejado pela Douta PGFN, eis que existe fundada dúvida quanto sua tempestividade, como se pode extrair dos elementos dos autos.

2. DA PRECLUSÃO OPERADA EM FAVOR DA RECORRIDA. INEXISTÊNCIA DE RECURSO QUANTO AO ARTIGO 16 DA LEI Nº 9.065/95 [...]

Da leitura do trecho transcrito, bem como de toda a peça recursal, depreende-se que a Douta Recorrente sustenta sua irresignação com base exclusivamente na alegada afronta ao artigo 15 da lei nº 9.065/95, que é o dispositivo que limita a utilização de prejuízos fiscais. Com efeito, a glosa dos prejuízos fiscais foi a motivação do lançamento a título de Imposto de Renda, eis que a Fiscalização entendeu ser impossível a utilização de tal crédito além da denominada trava de 30%.

Ocorre que a autuação discutida nos presentes autos foi centrada na utilização integral de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa, essa última embasando a exigência de CSLL. A limitação da utilização de base negativa, por sua vez, encontra previsão legal no artigo 16 da Lei nº 9.065/95, que em momento algum foi citado no recurso ora contraposto.

Destarte, ao apontar somente a suposta afronta ao artigo 15 da Lei nº 9,065/95, a Douta Procuradoria prosseguiu na discussão apenas em relação ao lançamento de Imposto de Renda, o lançamento relativo à CSLL, por sua vez, não pode mais ser questionado, eis que a Douta Recorrente, em momento algum, apontou afronta a artigo 16 do mesmo diploma legal,

dispositivo esse que estabelece a limitação para base de cálculo negativa da CSLL e foi invocado pela Fiscalização como base legal do lançamento.

Em última análise, não havendo a expressa indicação de afronta ao artigo 16, a decisão que julgou improcedente o lançamento de CSLL está definitivamente protegida pela coisa julgada, não cabendo mais qualquer discussão a esse respeito.

Portanto, o Recurso Especial interposto pela Douta Procuradoria, caso conhecido, deve o ser apenas e tão-somente em relação ao lançamento de IRPJ, eis que a exigência vinculada à CSLL foi definitivamente afastada pela decisão soberana — e agora irreformável - da extinta 7ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes.

III — DO MÉRITO

Ainda que as preliminares arguidas não sejam acatadas por essa CSRF, o que se admite apenas para encaminhar o raciocínio, quer a Recorrida dizer que, no mérito, melhor sorte não está reservada As pretensões do Fisco.

É o que será demonstrado!

3. DO IMPROVIMENTO DO RECURSO. DA EXISTÊNCIA DE BASE LEGAL PARA A COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS SEM A LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO ARTIGO 15 DA LEI Nº 9.065/95.

A Douta Procuradoria da Fazenda Nacional afirma que houve ofensa ao artigo 15 da Lei nº 9.065/95, uma vez que nesse artigo não haveria previsão para a compensação integral dos prejuízos fiscais na operação de cisão total.

Com a devida vênia, esse entendimento é equivocado: a limitação da compensação dos prejuízos fiscais, no percentual de 30% (trinta por cento) do lucro real do período, prevista no artigo citado, só alcança as empresas em funcionamento normal. Vale dizer, o art. 15 da Lei nº 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação e cisão total, nas quais há a extinção da sociedade.

Isto porque esse artigo não representa a regra geral de compensação de prejuízos, mas, sim, uma regra especial que só pode ser adotada nos seus estreitos limites. Deveras, a regra geral da compensação de prejuízos fiscais continua sendo a disciplinada pelo artigo 64 do Decreto-lei nº 1.598, de 1977, *verbis*: [...]

O artigo 64 transcrito constitui a regra geral da compensação de prejuízos fiscais. Continua vigente e eficaz. Além disso, convive em harmonia com o artigo 15 da Lei nº 9.065/95, que tem a seguinte redação: [...]

O artigo 15 em destaque não revogou o art. 64 do Decreto-lei nº 1.598/77, nem expressamente, tampouco de forma tácita, já que apenas fixou o teto de 30% (trinta por cento) para a compensação dos prejuízos fiscais. Não regulou, portanto, inteiramente a matéria tratada no art. 64 em destaque.

O artigo 15 da Lei nº 9.065/95, como anteriormente havia feito o art. 15 da Lei nº 8.981/95, não criou o direito de compensação dos prejuízos fiscais. Pelo contrário, apenas postergou a utilização desse direito. O art. 15 em questão, portanto, representa a norma especial, enquanto o art. 64 continua sendo a norma geral dessa matéria.

A prova dessa assertiva pode ser assim aferida: se o art. 15 da Lei nº 9.065/95 for revogado não será preciso emitir nova regra para compensação de prejuízos. O art. 64 do Decreto-lei nº 1.598/77 continuará regulando essa matéria.

Como obrigatoriamente acontece no tocante às normas especiais, o art. 15 da Lei nº 9.065/95, para sua aplicação, pressupõe o contexto especial a que se destina, que foi assim definido na exposição de motivos da Medida Provisória posteriormente convertida na referida Lei: [...]

A parte sublinhada desses artigos evidencia, com fidelidade, o objetivo dessa norma especial: limitar, temporalmente, o exercício do direito de compensação do prejuízo. A simples postergação, porém, encontra o seguinte limite: não pode haver perda ou eliminação do direito de compensação. A garantia da plena utilização do saldo de prejuízos está, expressamente, assegurada pela exposição de motivos acima referida.

Portanto, a única conclusão possível é que a limitação dos 30% (trinta por cento), fixada pelo art. 15 da Lei nº 9.065/95, só pode ser aplicada às empresas em funcionamento normal, sob pena de haver perda do prejuízo fiscal que, como visto, não está prevista no citado art. 15.

Esse entendimento encontra respaldo na jurisprudência judicial, a exemplo do RESP 993.975 SP (2007/0234357-9), relatado pela Ministra Eliana Calmon. O voto da ilustre Ministra é longo e destaca vários julgados daquela Corte. Merecem, contudo, destaques os seguintes trechos do voto condutor do precedente citado: [...]

No caso vertente, se a compensação integral não for admitida haverá perda do saldo de prejuízos fiscais, no montante que superar os 30% (trinta por cento) do lucro real do período, visto que a transferência de prejuízo para a sucessora está vedada pelo art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87. A vedação estabelecida pelo art. 33 não merece censura porque na incorporação, assim como na cisão total, há extinção da pessoa jurídica.

O que não pode haver é duplicidade na vedação, vale dizer, impedir a transferência do direito de compensação e também impedir a utilização desse prejuízo nas citadas operações, como pretende a Douta Procuradoria da Fazenda Nacional mediante uma interpretação forçada do art. 15 da Lei nº 9.065/95.

Por fim, é preciso observar que não há lacuna legal no tratamento da matéria sob exame, tendo em conta que o direito de compensação integral na operação de cisão total não foi atingido pelo art. 15 da Lei nº 9.065/95, que só pode ser aplicado às empresas em funcionamento. Com esse alvo estreito, o citado art. 15 não limitou o direito de compensação plena prevista no art. 64 do Decreto-lei nº 1.598/77.

Como apoio, a ora Recorrida junta cópia do Parecer emitido pelo Dr. Ives Gandra da Silva Martins publicado pela FISCOsoft Editora (doc. 06).

IV — DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, a Recorrida requer o não conhecimento do Recurso Especial interposto pela PGFN e, caso conhecido, no mérito seja improvido.

Notificado em 02.12.2009, fl. 262, o Sujeito Passivo ainda opôs em 07.12.2009, fl. 268, os embargos de declaração, fls. 269-273, o qual foi dado seguimento, fls. 317-318. Assim foi proferido o Acórdão nº 1103-00.688, de 09.05.2012, e-fls. 322-326, em cuja ementa consta:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO QUANTO ANÁLISE DE QUESTÃO ESSENCIAL.

A questão indicada (erro na identificação do sujeito passivo) foi objeto da impugnação, sendo debatida e expressamente enfrentada pelo acórdão erigido pela Delegacia de Julgamento. Tratando-se de questão preliminar, passível de ensejar a decretação da nulidade do lançamento, deveria ter sido apreciada quando do julgamento do recurso voluntário.

Embargos conhecidos e providos, rejeitada a preliminar. [...]

Acordam os membros do colegiado, ACOLHER os embargos da contribuinte, por unanimidade, para suprir a omissão no Acórdão nº 10709.191/2007, retificando a decisão nele contida para: "Rejeitar a preliminar de identificação do sujeito passivo e, no mérito, dar provimento ao recurso", nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

A PGFN foi notificada em 18.03.2012, e-fls. 323-326, e permaneceu silente. O Sujeito Passivo foi cientificado em 10.01.2013, e-fl. 335 e em 21.08.2012 apresentou o arrazoado de e-fls. 337-341, no qual expõe de forma reiterada os argumentos apresentados nas contrarrazões "a fim de eliminar as dúvidas sobre a tempestividade do recurso especial manejado pela Douta PGFN".

É o Relatório.

Voto Vencido

Conselheiro Rafael Vidal de Araújo, Relator.

Preliminares - Admissibilidade do Recurso Especial

Em sede de contrarrazões o Sujeito Passivo procura demonstrar "dúvidas sobre a tempestividade do recurso especial manejado" pela PGFN.

Para que a arguição de intempestividade do recurso especial possa ser devidamente avaliada, deve ser examinada a legislação que regulamenta o tema da intimação dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Dispõe o Decreto nº 70.235, de 06/03/1972, que regula o processo administrativo fiscal:

Art.23. Far-se-á a intimação:

(...)

§7º Os Procuradores da Fazenda Nacional serão intimados pessoalmente das decisões do Conselho de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais, do Ministério da Fazenda na sessão das respectivas câmaras subsequente à formalização do acórdão. (Incluído pela Lei nº 11.457, de 2007)

§8º Se os Procuradores da Fazenda Nacional não tiverem sido intimados pessoalmente em até 40 (quarenta) dias contados da formalização do acórdão do Conselho de Contribuintes ou da Câmara Superior de Recursos Fiscais, do Ministério da Fazenda, os respectivos autos serão remetidos e entregues, mediante protocolo, à Procuradoria da Fazenda Nacional, para fins de intimação. (Incluído pela Lei nº 11.457, de 2007)

§9º Os Procuradores da Fazenda Nacional serão considerados intimados pessoalmente das decisões do Conselho de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais, do Ministério da Fazenda, com o término do prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que os respectivos autos forem entregues à Procuradoria na forma do §8º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.457, de 2007)

O §7º do art. 23 do Decreto nº 70.235/1972 determina, portanto, que os Procuradores da Fazenda Nacional devem ser intimados pessoalmente das decisões do CARF e da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Caso tal intimação se dê por meio do envio dos autos físicos dos processos para a PGFN, o §9º do mesmo artigo fixa que a intimação pessoal considera-se realizada no término do prazo de trinta dias contados da data da chegada do processo à PGFN.

O processo foi encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 11.12.2008 (fl. 248) e recebido pela mesma em 12.12.2008 (fl. 249).

De acordo as normas, a intimação presumida da PGFN deu-se em 12.01.2009, mesma data em que o procurador resolveu tomar ciência pessoal (fl.247), termo inicial da contagem do prazo de quinze dias para interposição do recurso especial. Em 14.01.2009, antes de esgotados os quinze dias, foi interposto o recurso especial de fls. 251-256 (carimbo à fl.251), logo o recurso é tempestivo.

Portanto, deve ser rejeitada a primeira preliminar de não conhecimento do recurso especial.

O Sujeito Passivo suscita ainda uma segunda preliminar de não conhecimento do recurso especial, alegando que houve preclusão processual em relação à CSLL.

Levei à discussão do colegiado uma questão anterior ao julgamento desta preliminar, qual seja, se essa segunda preliminar tem relação com o conhecimento do recurso ou com o conteúdo do recurso. Posicionei-me no sentido de que deveria ser discutida após o conhecimento, por não tratar de pressuposto de admissibilidade de recurso, mas o colegiado entendeu que se tratava de uma preliminar relacionada ao conhecimento. Assim, ficando vencido quanto a esta questão anterior, passo a analisar esta segunda preliminar em sede de conhecimento.

A contribuinte argumenta que a PGFN, ao apontar a suposta afronta somente ao artigo 15 da Lei nº 9.065/95, prosseguiu na discussão apenas em relação ao lançamento de Imposto de Renda; que o lançamento relativo à CSLL, por sua vez, não pode mais ser questionado, eis que a Douta Recorrente, em momento algum, apontou afronta a artigo 16 do mesmo diploma legal, dispositivo esse que estabelece a limitação para base de cálculo negativa da CSLL e que foi invocado pela Fiscalização como base legal do lançamento.

De acordo com o sujeito passivo, a decisão que julgou improcedente o lançamento de CSLL está definitivamente protegida pela coisa julgada, não cabendo mais qualquer discussão a esse respeito.

Compulsando aos autos, vê-se que o recurso especial da PGFN realmente não apresenta argumentos que tratam da CSLL e nem da compensação de base negativa dessa contribuição. A argumentação fica sempre restrita à questão da compensação de prejuízo fiscal, que é tema próprio do IRPJ.

Quando o recurso busca fundamento no art. 7º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 147, de 25/06/2007 (previsto para questionamento de decisão não-unânime, quando for contrária à lei ou à evidência da prova), ele indica apenas os dispositivos legais referentes ao IRPJ, ou seja, o art. 15 da Lei 9.065/95 e o art. 514 do RIR/99.

E, embora não seja recurso de divergência de interpretação da lei tributária (como o procurador especifica, às fls. 251 e 253, tratar-se de recurso como contrariedade a lei), a decisão citada como divergente, o Acórdão nº 105-15.908, cuja ementa foi transcrita, só trata do IRPJ.

Entretanto, para fins de julgar essa preliminar, há que se conhecer o que diz o Manual de Exame de Admissibilidade de Recursos Especiais do CARF, aprovado pela Portaria CARF nº 56, de 31 de março de 2016, de observância obrigatória no âmbito do CARF, conforme dispõe o §1º do seu art. 1º. Confira-se:

PORTARIA CARF Nº 56, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Aprova o Manual de Exame de Admissibilidade de Recursos Especiais do CARF

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF), no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso IV. do Anexo I, da Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Manual de Exame de Admissibilidade de Recurso Especial do CARF, na forma do Anexo Único a esta Portaria.

§ 1º. O Manual de que trata o **caput** é de observância obrigatória no âmbito do CARF e estará disponível para consulta em: <https://intranet.carf/biblioteca-digital/manual>, na versão vigente;

§ 2º Será designada Equipe de Trabalho responsável por manter atualizada a versão publicada na Intranet CARF; e

§ 3º A versão publicada na Intranet receberá numeração sequencial sucessiva, no formato "x.y", sendo "x" o número da versão e "y" o número de atualização da respectiva versão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço do CARF.

Consta no Manual de Exame de Admissibilidade de Recursos Especial, versão 2.2 de setembro de 2016, à fl. 59, que:

Assim, trata-se de recurso de **cognição ampla**, cujos pressupostos processuais são:

- a) decisão não unânime; e
- b) **simples alegação de contrariedade à lei ou à evidência de prova.**

Tendo em vista o que está no referido Manual já não importa que a PGFN tenha indicado a devida lei à qual será aferida a contrariedade, basta que se alegue contrariedade à lei *lato sensu*, que, com isso, como determina e deve ser observado o Manual, a Câmara Superior deverá passar em revista ao ordenamento jurídico para identificar contrariedade a alguma lei.

Desse modo, não há de se acatar a segunda preliminar apresentada nas contrarrazões.

Passo à análise do mérito que se restringe a matéria relativa à compensação de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativas da CSLL sem observância do limite de 30% do lucro líquido ajustado no caso de extinção da pessoa jurídica por incorporação.

Mérito - Compensação de Prejuízos Fiscais sem Observância do Limite de 30% do Lucro Real, no Caso de Extinção da Pessoa Jurídica por Cisão

A PGFN procura demonstrar em síntese que a limitação a 30% da compensação dos prejuízos fiscais aplica-se nas hipóteses de descontinuidade da pessoa jurídica extinta por cisão.

A Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, disciplinou a questão da seguinte forma a partir de 01.01.1995:

Art. 42. A partir de 1º de janeiro de 1995, para efeito de determinar o lucro real, o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do Imposto de Renda, poderá ser reduzido em, no máximo, trinta por cento.

Parágrafo único. A parcela dos prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, não compensada em razão do disposto no caput deste artigo poderá ser utilizada nos anos-calendário subseqüentes. [...]

O Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RE 344.994/PR declarou a constitucionalidade do art. 42 da Lei n.º 8.981, de 1995:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS. LIMITAÇÕES. ARTIGOS 42 E 58 DA LEI N. 8.981/95. CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 150, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "B", E 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. O direito ao abatimento dos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores é expressivo de benefício fiscal em favor do contribuinte. Instrumento de política tributária que pode ser revista pelo Estado. Ausência de direito adquirido. A Lei n. 8.981/95 não incide sobre fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência. Prejuízos ocorridos em exercícios anteriores não afetam fato gerador nenhum. Recurso extraordinário a que se nega provimento. [...]

Vale transcrever excertos do Voto-Vista da Ministra Ellen Gracie:

Como sabido, em matéria de Imposto de Renda, a lei aplicável é aquela vigente na data do encerramento do exercício fiscal.

Entendo com a devida vênia ao eminente Relator, que os impetrantes tiveram modificada pela Lei 8.981/95 mera expectativa de direito donde o não-cabimento da impetração.

6. Isto porque, o conceito de lucro é aquele que a lei define, não necessariamente, o que corresponde às perspectivas societárias ou econômicas.

Ora, o Regulamento do Imposto de Renda – RIR, que antes autorizava o desconto de 100% dos prejuízos fiscais, para efeito de apuração do lucro real, foi alterado pela Lei 8.981/95, que limitou tais compensações a 30% do lucro real apurado no exercício correspondente.

7. A rigor, as empresas deficitárias não tem 'crédito' oponível à Fazenda Pública. Lucro e prejuízo são contingências do mundo dos negócios. Inexiste direito líquido e certo à 'socialização' dos prejuízos, como a garantir a sobrevivência de empresas ineficientes.

É apenas por benesse da política fiscal – atenta a valores mais amplos como a estimulação da economia e o da necessidade da criação e manutenção de empregos – que se estabelecem mecanismos como o que ora examinamos, mediante o qual é autorizado o abatimento dos prejuízos verificados, mais além do exercício social que constatados. Como todo favor fiscal, ele se restringe às condições fixadas em lei. É a lei vigente par ao exercício que definirá se o benefício será calculado sobre 10, 20 ou 30% ou mesmo sobre a totalidade do lucro líquido.

Pacificando este entendimento, ainda o Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RE 545.308/SP declarou novamente a constitucionalidade do art. 42 da Lei n.º 8.981, de 1995:

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO. BASE DE CÁLCULO: LIMITAÇÕES À DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS. ARTIGO 58 DA LEI 8.981/1995: CONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 5º, INC. II E XXXVI, 37, 148, 150, INC. III, ALÍNEA "B", 153, INC. III, E 195, INC. I E § 6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTE: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 344.944. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO PROVIDO. 1. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado no julgamento do Recurso Extraordinário 344.944, Relator o Ministro Eros Grau, no qual se declarou a constitucionalidade do artigo 42 da Lei 8.981/1995, "o direito ao abatimento dos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores é expressivo de benefício fiscal em favor do contribuinte. Instrumento de política tributária que pode ser revista pelo Estado. Ausência de direito adquirido". 2. Do mesmo modo, é constitucional o artigo 58 da Lei 8.981/1995, que limita as deduções de prejuízos fiscais na formação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro. 3. Recurso extraordinário não provido.

Assim o STF fixou que o direito a compensação dos prejuízos fiscais tem natureza jurídica de benefício fiscal em favor do contribuinte. Desse modo pode ser revista pelo ente tributante e não se caracteriza direito adquirido, ou seja, direito subjetivo definitivamente incorporado ao patrimônio jurídico do titular (art. 6º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 e art. 2º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988).

Por seu turno, a Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, manteve o benefício fiscal nos mesmos moldes da Lei nº 8.981, de 1995 e assim dispõe a partir de 01.01.1996:

Art. 15. O prejuízo fiscal apurado a partir do encerramento do ano-calendário de 1995, poderá ser compensado, cumulativamente com os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, com o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, observado o limite máximo, para a compensação, de trinta por cento do referido lucro líquido ajustado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente se aplica às pessoas jurídicas que mantiverem os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante do prejuízo fiscal utilizado para a compensação. [...]

Ademais, nesse mesmo sentido está registrado no enunciado da Súmula

CARF nº 3:

Para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social Sobre o Lucro, a partir do ano calendário de 1995, o lucro líquido ajustado pode ser reduzido em, no máximo, trinta por cento, tanto em razão da compensação de prejuízo, como em razão da compensação da base de cálculo negativa.

Por conseguinte, restou cristalino o entendimento de que a Lei nº 8.981, de 1995 e por inferência também a Lei nº 9.065, de 1995, que tratam da limitação legal de 30% para compensação dos prejuízos fiscais e das bases de cálculo negativas da CSLL são constitucionais, mesmo porque não foi declarada a inconstitucionalidade de nenhuma delas pelo Supremo Tribunal Federal (art. 102 da Constituição Federal). Aliás, como se trata de benefício fiscal pode ser revisto a qualquer tempo pelo ente público competente para a instituição do tributo e se restringe às condições fixadas em lei (*caput* do art. 37 da Constituição Federal). Verifica-se, por conseguinte, que a mencionada compensação não pode ser considerada como direito adquirido, senão nos limites da legislação que rege a matéria.

Nos julgamentos pelo STF do RE 344.994/PR e do RE 545.308/SP, apesar de não ter examinada a questão do limite legal de 30% para compensação de prejuízo fiscal em caso de extinção de pessoa jurídica, restou cristalino que a lei aplicável em relação a essa compensação é aquela vigente na data do encerramento do exercício fiscal. Aliás assim se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1107.518/SC: "A homenagem ao princípio da legalidade tributária exige expressa disposição na lei da conduta a ser praticada pelo ente tributante e pelo contribuinte."

Sobre o conceito legal de renda, tem-se que para fins de IRPJ em seu aspecto material da hipótese de incidência deve ser entendido como o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos (art. 43 do Código Tributário Nacional - CTN). Fica a cargo de lei ordinária federal fixar os demais aspectos da hipótese de incidência, inclusive o temporal, uma vez que a competência para instituir o IRPJ é da União. A limitação de 30% para compensação dos prejuízos fiscais não pode ser traduzida em instituição de novo tributo, o que somente poderia ser efetivado nos estritos termos das determinações constantes na Constituição Federal.

Trata-se tão somente de instrumento de política tributária. Este benefício fiscal, constituído dentro de parâmetros legais, tem natureza jurídica de dedução da base de cálculo do IRPJ em relação a períodos futuros. Nada mais é que a utilização delimitada de prejuízos fiscais acumulados de períodos anteriores. O conceito de renda não foi adulterado, tampouco extravasada a competência tributária da União acarretando tributação do patrimônio.

Em relação ao conceito de lucro, cabe explicitar que tem caráter eminentemente legal (art. 6º do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977), o que pode não corresponder às perspectivas societárias e econômicas, conforme entendimento do STF esposado no RE 344.994/PR. Reitere-se que a limitação de 30% para compensação dos prejuízos fiscais não tem o condão de criar "artificialmente um lucro nas pessoas jurídicas deficitárias, para tributar-lhes o patrimônio", como bem elucidado acima pelo Voto-Vista da Ministra Ellen Gracie.

Pode-se concluir que a continuidade da pessoa jurídica não implica um direito adquirido à compensação de prejuízo fiscal afastada do limite legal de 30%, o que não desnatura a materialidade da hipótese de incidência do IRPJ, nem o conceito para fins tributários de renda ou de lucro em determinado período de apuração, no sentido preciso de confirmar a independência entre os exercícios.

Ainda, o art. 32 e art. 33 do Decreto-Lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987, vedaram à pessoa jurídica compensar seus próprios prejuízos se entre a data da apuração e da compensação houver ocorrido modificação de seu controle acionário e do ramo de atividade, bem como vedou a compensação, pela pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão, de prejuízos da sucedida e não estabeleceu exceções a esta regra.

A interpretação sistemática da Lei nº 8.981, de 1995, da Lei nº 9.065, de 1995 e do Decreto-Lei nº 2.341, de 1987, leva a conclusão de que a limitação a 30% da compensação dos prejuízos fiscais aplica-se nas hipóteses de descontinuidade da pessoa jurídica por incorporação ou cisão, já que inexistente neste contexto norma implícita. Reitere-se que não há previsão legal que permita a compensação de prejuízos fiscais acima deste limite, ainda que seja no encerramento das atividades da pessoa jurídica.

Já restou bem esclarecido que o presente litígio abrange questões sobre o direito à compensação de prejuízo fiscal em anos futuros, especificamente no que toca às nuances desse direito diante do quadro de continuidade ou não das atividades da pessoa jurídica.

Não deixo de reconhecer que a matéria em pauta ainda é objeto de controvérsias no CARF, mas, como já apontado resumidamente acima, eu me filio à interpretação que já há algum tempo vem prevalecendo na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), no sentido de que a compensação de prejuízos fiscais deve observar o limite legal de 30% do lucro real, mesmo no caso de encerramento das atividades da pessoa jurídica, seja por incorporação, por cisão, ou por qualquer outro evento.

Entre as razões de decidir, adoto o brilhante voto do Conselheiro Marcelo Cuba Netto no **Acórdão nº 1201-000.888, de 09/10/2013**, que fez um perspicaz estudo do tema:

"Feitas essas considerações iniciais, passemos a examinar os fundamentos da tese proposta pela interessada.

Afirma a recorrente que o significado de uma norma jurídica não é aquele que advém diretamente da literalidade do texto normativo, devendo, ao contrário, ser extraído mediante o emprego dos métodos de interpretação aceitos tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, em especial o histórico, o sistemático e o teleológico.

Nesse sentido, explica que a nova sistemática de compensação de prejuízos fiscais introduzida pela Lei nº 9.065/95 há que ser compreendida mediante comparação com o sistema vigente até então. Diz que, na sistemática anterior (Lei nº 8.541/92), era possível a compensação integral de prejuízos, porém com limitação temporal de quatro períodos-base. Alega que a nova sistemática extinguiu o limite temporal, mas manteve o direito à compensação integral, observado o limite de 30% em cada período-base futuro.

Conclui, assim, que no período em que ocorrer incorporação, fusão ou cisão, ainda que parcial, da pessoa jurídica, não sendo mais possível a compensação dos prejuízos em períodos-base futuros, a única solução jurídica possível, consentânea com o preceito contido na Lei nº 9.065/95 de que o sujeito passivo não perde o direito à compensação, é que o limite de 30% não se aplica.

Pois bem, relativamente a essa argumentação é preciso, inicialmente, concordar com a recorrente quando afirma que o significado da norma jurídica deve ser compreendido mediante o emprego dos métodos de hermenêutica jurídica.

No entanto, a interpretação histórica empreendida pela recorrente parte de uma premissa equivocada, qual seja, a de que tanto na sistemática de compensação vigente antes do advento da Lei nº 9.065/95, quanto na atual, o sujeito passivo tem direito à compensação integral de prejuízos fiscais. Vejamos.

Na sistemática anterior o sujeito passivo tinha o direito à compensação de prejuízos, desde que observado o limite temporal de quatro anos. Exemplifiquemos com duas situações distintas:

- a) o sujeito passivo apura no ano “X” prejuízo fiscal de R\$ 1.000,00. Nos quatro anos subsequentes apura lucro líquido ajustado, respectivamente, nos valores de R\$ 200,00, R\$ 300,00, R\$ 400,00 e R\$ 400,00;
- b) o sujeito passivo apura no ano “X” prejuízo fiscal de R\$ 1.000,00. Nos quatro anos subsequentes apura lucro líquido ajustado, respectivamente, nos valores de R\$ 100,00, R\$ 200,00, R\$ 200,00 e R\$ 300,00;

Na hipótese descrita na situação “a” o sujeito passivo poderá compensar integralmente o prejuízo. Já na hipótese descrita na situação “b” o sujeito passivo não poderá, e, ainda que se diga que isso se deva à imposição do limite temporal, o fato iniludível é que restará uma parcela que não mais será passível de compensação. Em outras palavras, na situação “b” não haverá compensação integral do prejuízo apurado no ano “X”.

Portanto, resta claro que a previsão, por lei, de um limite temporal é incompatível com a premissa afirmada pela recorrente de existência de um direito do sujeito passivo em compensar integralmente seus prejuízos fiscais. O que existia na sistemática anterior era algo distinto, qual seja, um direito do sujeito passivo em compensar até integralmente seus prejuízos fiscais, a depender do caso concreto, como ilustrado nas situações “a” e “b” retro.

E dizer que a compensação poderá ser realizada até integralmente é algo distinto de dizer que poderá ser realizada integralmente. É que ao estabelecer que a compensação poderá ser realizada até integralmente a lei, desde logo, admite que poderá haver hipóteses em que a compensação não se dará integralmente, conforme visto na situação “b”.

Seguindo a trilha da interpretação histórica proposta pela interessada, é de se dizer que a nova sistemática introduzida pela Lei nº 9.065/95, na linha da sistemática anterior, manteve o direito do sujeito passivo em compensar até integralmente seus prejuízos fiscais. Afastado o limite temporal de quatro anos, e introduzido o limite máximo de redução do lucro líquido ajustado em 30%, o direito à compensação (até integral) passou a poder ser exercido ao longo da existência da pessoa jurídica.

A própria exposição de motivos à Medida Provisória nº 998/95, posteriormente convertida na Lei nº 9.065/95, e apontada pela interessada

para sustentar a sua tese, expressamente prevê que o sujeito passivo poderá compensar até integralmente seus prejuízos fiscais. Confira sua redação:

*"Arts. 15 e 16 do Projeto: decorrem de Emenda do Relator, para restabelecer o direito à compensação de prejuízos, embora com as limitações impostas pela Mediada Provisória n. 812/94 (Lei n. 8981/95). Ocorre hoje vacatio legis em relação à matéria. A limitação de 30% garante uma parcela expressiva da arrecadação, sem retirar do contribuinte o direito de compensar, **até integralmente**, num mesmo ano, se essa compensação não ultrapassar o valor do resultado positivo." (Grifamos)*

Assim, a compensação poderá se dar até integralmente, seja em um mesmo ano, seja em diversos anos ao longo da existência da pessoa jurídica, desde que observado, em cada um desses anos, o limite máximo de redução do lucro líquido ajustado em 30%.

Se no ano da extinção da pessoa jurídica, ou da sua cisão parcial, o valor dos prejuízos acumulados for superior a 30% do lucro líquido ajustado, ainda assim o limite deverá ser observado. É que tal como na situação "b" referente à sistemática antiga, também na sistemática atual poderá haver casos, como o retratado nos presentes autos, em que o sujeito passivo não poderá compensar integralmente seus prejuízos acumulados, haja vista a imposição do limite de 30%. E não há nada de ilegal nisso, pois a lei não garante o direito à compensação integral.

Na sequência de sua peça recursal a interessada enfatiza o emprego da interpretação sistemática. Argumenta que, ao contrário do que disse a fiscalização, o caso dos autos não é de lacuna no ordenamento jurídico (inexistência de norma), e sim de uma norma jurídica existente, porém implícita.

Diz, primeiramente, que o exame conjunto do aludido art. 15 da Lei nº 9.065/95 com o abaixo transcrito art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87 conduziria à conclusão da existência de uma norma implícita cujo conteúdo seria a inaplicabilidade do limite de 30% quando da extinção da pessoa jurídica ou de sua cisão parcial.

Art. 33. A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais da sucedida.

Parágrafo único. No caso de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá compensar os seus próprios prejuízos, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido.

Também aqui não me parece estar correta a interpretação proposta pela defesa. Vejamos.

O art. 15 da Lei nº 9.065/95 veda a compensação de prejuízos em montante que reduza em mais do que 30% o lucro líquido ajustado do período. Não há menção, nesta norma, aos eventos de extinção da pessoa jurídica ou sua cisão parcial.

Por sua vez, o art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87 veda que a sucessora compense prejuízos da sucedida, e, em caso de cisão parcial, limita a

compensação, pela própria pessoa jurídica, ao valor de seu prejuízo proporcional à parcela do patrimônio não objeto da cisão.

A incidência isolada de cada uma dessas duas normas à hipótese de extinção de pessoa jurídica que possua prejuízos fiscais acumulados em montante superior a 30% do lucro líquido ajustado conduzirá às seguintes conclusões:

a) art. 15 da Lei nº 9.065/95 - impossibilidade de compensação, pela pessoa jurídica extinta, do valor do prejuízo fiscal acumulado não compensado por força do limite de 30%;

b) art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87 - impossibilidade de compensação, pela sucessora, do valor do prejuízo fiscal acumulado não compensado pela sucedida.

Já a interpretação conjunta dessas duas normas sobre a mesma situação hipotética acima descrita conduziria, de acordo com a recorrente, à conclusão da existência de uma norma implícita cujo conteúdo afastaria a aplicação do limite de 30% à pessoa jurídica extinta.

Ocorre que o simples fato de o prejuízo não compensado pela sucedida também não ser passível de compensação pela sucessora não conduz, necessariamente, à conclusão de que o limite de 30% deva ser afastado na hipótese aventada. Dito de outro modo, se as premissas (o art. 15 da Lei nº 9.065/95 e o art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87) do silogismo lógico-dedutivo proposto pela recorrente não conduzem necessariamente à conclusão de que o limite de 30% deva ser afastado no caso de extinção da pessoa jurídica, então a recorrente deve reconhecer que não logrou êxito em demonstrar a existência da aludida norma implícita.

(...)

Prossegue a recorrente em sua defesa afirmando, com fundamento nas lições de Karl Larenz, que a já citada norma implícita também pode ser deduzida a partir do silêncio eloquente da lei.

No Capítulo V.2 de sua famosa obra (Metodologia da Ciência do Direito, 3a. ed., pg. 524 e ss.), o prestigiado filósofo do direito citado pela recorrente discorre sobre o conceito e espécies de lacunas. Nesse sentido, explica que nem todo silêncio da lei deve ser tido como uma lacuna, conforme trecho a seguir transcrito:

"Poderia pensar-se que existe uma lacuna só quando e sempre que a lei (...) não contenha regra alguma para uma determinada configuração no caso, quando, portanto, "se mantém em silêncio". Mas existe também um "silêncio eloquente" da lei."

Assim é que, pelas lições de Larenz, nem todo silêncio da lei deve ser compreendido como uma lacuna a ser preenchida pelo aplicador do direito. Casos há em que, embora o legislador haja silenciado sobre determinado assunto, não significa que haja ali uma lacuna, daí porque não pode o aplicador pretender regulá-la por meio de analogia, princípios gerais do direito ou qualquer outro método de integração do direito. É o que o autor chama de silêncio eloquente.

Pois bem, a idéia de lacuna corresponde à antítese da idéia de existência de norma, seja explícita seja implícita. Em outras palavras, se há norma regulando o caso, ainda que implícita, então não haverá ali uma lacuna. Inversamente, se há lacuna, não há norma regulando o caso, ainda que implícita.

A questão do silêncio eloquente da lei, segundo leciona Larenz, está afeto ao campo das lacunas, e não ao campo da existência de normas, sejam estas explícitas ou implícitas. Portanto, ao procurar conectar o problema das normas implícitas à questão do silêncio eloquente da lei a recorrente mistura alhos e bugalhos.

Na sequência, a interessada faz uso do princípio da eventualidade alegando que, se for entendido haver lacuna, e não norma implícita, deve ela ser preenchida segundo o espírito da lei. Argumenta que, como o espírito do art. 15 da Lei nº 9.065/95 não foi vedar a compensação integral, qualquer integração só poderá ser produzida no sentido de assegurar a compensação sem a observância do limite de 30%, nas situações em que em virtude de outra norma (art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87) a limitação nessas situações frustraria qualquer possibilidade de compensação futura do excedente.

Novamente a recorrente traz à baila a questão da compensação integral do prejuízo. Sua argumentação, agora, é que há uma lacuna na Lei nº 9.065/95, a qual deixou de excepcionar o limite de 30% previsto no art. 15 às hipóteses de extinção ou cisão parcial da pessoa jurídica.

No entanto, conforme Larenz, nem todo silêncio da lei pode ser tido como uma lacuna. Nesse sentido, o simples fato de a Lei nº 9.065/95 não excepcionar a incidência de seu art. 15 a casos como o dos presentes autos, não nos autoriza concluir que exista uma lacuna naquela lei.

Mas, então, quando é que poder-se-á dizer que existe uma lacuna na lei? A resposta pode ser encontrada também em Larenz (sobre o assunto vide, também, Aleksander Peczenik, *in* On Law and Reason, pg. 24 e ss.). Haverá uma lacuna na lei quando, com base nos valores albergados pelo sistema jurídico, for possível afirmar que a norma deveria existir. E se o legislador não produziu uma norma que, em razão dos valores presentes no ordenamento jurídico, deveria existir, então o próprio direito autoriza ao aplicador promover a integração da lacuna, por meio de analogia, princípios gerais do direito, equidade, etc.

Já vimos anteriormente que não existe norma jurídica, sequer implícita, estabelecendo o direito do sujeito passivo em compensar integralmente seus prejuízos fiscais. Investiguemos agora se essa propalada compensação integral, apesar de não ser um direito formalmente estabelecido, constitui-se em um valor resguardado pelo ordenamento jurídico. Se a resposta for positiva, então, conforme afirmado pela recorrente, há que se reconhecer a existência de uma lacuna na Lei nº 9.065/95 ao não excepcionar a incidência de seu art. 15 aos casos de extinção ou cisão parcial.

A defesa não aponta qual a norma ou conjunto de normas do ordenamento que albergaria esse suposto valor. Certamente não está ele contido no art. 33 do Decreto-lei nº 2.341/87, pois, como dito outrora, o simples fato de o prejuízo não compensado pela sucedida também não ser passível de

compensação pela sucessora não conduz, necessariamente, à conclusão de que o limite de 30% deva ser afastado nas hipóteses de extinção ou cisão parcial.

Talvez a única norma do ordenamento jurídico em que seria possível vislumbrar a existência do afirmado valor (compensação integral de prejuízos) é a contida no art. 153, III, da Constituição da República, o qual estabelece competir à União instituir imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Ocorre que o próprio STF, ao examinar por diversas vezes a questão, já afirmou e reafirmou que a limitação de 30% à compensação de prejuízos não ofende o conceito constitucional de renda, daí porque é de se concluir não ser possível dele se inferir a existência do alegado valor concernente à compensação integral de prejuízos."

Entendo completamente aplicáveis à discussão desenvolvida nos presentes autos as considerações expostas no voto reproduzido.

A tese no sentido de que existiria, no ordenamento atinente ao IRPJ, norma implícita que determina a possibilidade de afastamento da trava de 30% no ano de encerramento das atividades da pessoa jurídica, é devidamente refutada. Demonstra-se que a interpretação conjunta dos arts. 15 da Lei nº 9.065/1995 e do art. 33 do Decreto-Lei nº 2.341/1987 (reproduzido no art. 514 do RIR/1999) não conduz necessariamente à conclusão de que o limite de 30% deva ser afastado. Assim, improcede a defesa da existência de uma aventada norma implícita.

O voto ainda aborda a questão do pretense direito adquirido das pessoas jurídicas à compensação integral dos prejuízos fiscais e das bases de cálculo negativas de CSLL acumulados ao longo dos exercícios anteriores. A este respeito, conclui-se que inexistente tal direito adquirido no sistema atualmente adotado para as compensações (limitação quantitativa em cada exercício, sem limite temporal), assim como não existia na regra anterior (limitação temporal de quatro anos para a compensação, sem limite quantitativo para cada exercício).

O Acórdão **CSRF nº 9101-00.401, de 02/10/2009** também discute se existe ou não direito adquirido dos contribuintes à compensação de resultados negativos anteriores.

Tal decisão representou uma mudança de posicionamento da CSRF a respeito do tema, motivada, entre outras razões, por decisões do próprio Poder Judiciário:

"Voto

Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO

(...)

Os Tribunais Superiores já definiram que na compensação de prejuízos não se trata de direito adquirido, mas sim de uma expectativa de direito, como demonstram decisões do Superior Tribunal de Justiça, como exemplo o Recurso Especial nº. 307.389 - RS, que ao enfrentar semelhante questão pronuncia-se da forma seguinte:

(...)

Também o STF se pronunciou acerca do tema, em 25/03/2009, no RE 344.994-0 do Paraná, cujo Relator inicial, o Ministro Marco Aurélio restou vencido. Redige o voto vencedor o Ministro Eros Grau, acórdão assim ementado:

EMENTA:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS LIMITAÇÕES ARTIGOS 42 E 58 DA LEI Nº 8.981/95. CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 150, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "B", E 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

*O direito ao abatimento dos prejuízos fiscais acumulados em exercícios **anteriores é expressivo de benefício fiscal em favor do contribuinte. Instrumento de política tributária que pode ser revista pelo Estado. Ausência de direito adquirido.** A Lei n. 8.981/95 não incide sobre fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência. Prejuízos ocorridos em exercícios anteriores não afetam fato gerador nenhum. Recurso extraordinário a que se nega provimento.*

Neste recurso pretendia o autor que a trava não incidisse sobre os saldos de prejuízos ocorridos até dezembro de 1994, sob argumento de que se estava diante de um direito adquirido à compensação de todo prejuízo e a nova lei não poderia restringir tal direito.

Aliás, quanto à interpretação teleológica pretendida no paradigma trazido à colação, no que toca aos prejuízos fiscais, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em sua composição Plenária, que a compensação de prejuízos fiscais tem natureza de benefício fiscal e pode, como instrumento de política tributária, ser revisto pelo legislador sem implicar, sequer, no direito adquirido. Destaque é de ser dado ao voto da Ministra Ellen Gracie, que bem traduz a lógica do que aqui defendemos e neutraliza os argumentos da Recorrente nos seguintes termos:

(...)

5. (...)

Entendo, com vênia ao eminente Relator, que os impetrantes tiveram modificada pela Lei 8981/95 mera expectativa de direito donde o não-cabimento da impetração.

6. Isto porque, o conceito de lucro é aquele que a lei define, não necessariamente, o que corresponde às perspectivas societárias ou econômicas.

Ora, o Regulamento do Imposto de Renda - RIR, que antes autorizava o desconto de 100% dos prejuízos fiscais, para efeito de apuração do lucro real, foi alterado pela Lei 8981/95, que limitou tais compensações a 30% do lucro real apurado no exercício correspondente.

7. A rigor, as empresas deficitárias não têm "crédito" oponível à Fazenda Pública. Lucro e prejuízo são contingências do mundo dos negócios. Inexiste direito líquido e certo à "socialização" dos prejuízos,

como a garantir a sobrevivência de empresas ineficientes. E apenas por benesse da política fiscal - atenta a valores mais amplos como o da estimulação da economia e o da necessidade da criação e manutenção de empregos - que se estabelecem mecanismos como o que ora examinamos, mediante o qual é autorizado o abatimento dos prejuízos verificados, mais além do exercício social em que constatados. Como todo favor fiscal, ele se restringe às condições fixadas em lei. É a lei vigente para o exercício fiscal que definirá se o benefício será calculado sobre 10, 20 ou 30%, ou mesmo sobre a totalidade do lucro líquido. Mas, até que encerrado o exercício fiscal, ao longo do qual se forma e se conforma o fato gerador do Imposto de Renda, o contribuinte tem mera expectativa de direito quanto à manutenção dos patamares fixados pela legislação que regia os exercícios anteriores.

Não se cuida, como parece claro, de qualquer alteração de base de cálculo do tributo, para que se invoque a exigibilidade de lei complementar. Menos ainda, de empréstimo compulsório.

Não há, por isso, quebra dos princípios da irretroatividade (CR, art. 150, III, a e b) ou do direito adquirido (CF, art 5º, XXXVI).

(...)

8. Por tais razões, peço licença para seguir a linha da divergência inaugurada pelo Ministro Eros Grau.

Em sendo a compensação de prejuízos fiscais espécie de incentivo fiscal outorgado por lei e não um patrimônio do contribuinte a ser socializado, não se pode ampliar o sentido da lei nem ampliar o seu significado, eis que as normas que cuidam de benefícios fiscais devem ser interpretadas de forma restritiva nos termos do artigo 111 do Código Tributário Nacional.

(...)

Dessa forma, em homenagem ao comando legal do art. 111 do CTN, que impõe restrição de interpretação das normas que concedem benefícios fiscais, como é o caso, descabe o elastério interpretativo pretendido pela Recorrente."

Em que pese o RE nº 344.994-0 efetivamente não tratar de hipótese idêntica à discutida nos presentes autos (ou no processo em que foi prolatado o Acórdão CSRF nº 9101-00.401), a mencionada decisão judicial joga luz sobre aspectos extremamente úteis à discussão acerca da aplicabilidade da trava de 30% na compensação realizada por empresas prestes a serem incorporadas.

De início, estabelece-se que a possibilidade de compensação de resultados negativos passados é um benefício fiscal, concedido pelo Estado, mediante lei perfeitamente constitucional, como instrumento de política tributária e econômica. Assim sendo, leis que limitem a possibilidade de compensação (até totalmente) são igualmente constitucionais. Por fim, entendeu a Suprema Corte que a compensação de eventuais prejuízos fiscais já acumulados reveste-se da condição de mera expectativa de direito, inexistindo direito adquirido à sua utilização tributária posterior.

Trazendo-se tais conclusões para a discussão travada nos presentes autos, pode-se construir o entendimento de que não é correta a premissa de que existe um direito sagrado à compensação integral dos prejuízos fiscais já registrados.

Somente tomando-se por intocável tal premissa é que se pode defender que a única solução possível para a situação em que uma pessoa jurídica terá suas atividades encerradas, por conta de sua cisão, é pela dispensa da limitação da compensação a 30% do resultado positivo apurado.

Após a prolação do Acórdão nº 9101-00.401, a CSRF proferiu uma série de outras decisões em que prevaleceu a tese de que a trava de 30% na compensação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, prevista nos arts. 42 e 58 da Lei nº 8.981/1995 e arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065/1995, é obrigatória mesmo no caso de encerramento das atividades da pessoa jurídica.

Uma destas decisões é o **Acórdão CSRF nº 9101-001.337, de 26/04/2012**, que faz uma pertinente observação acerca da evolução da legislação que trata da compensação de prejuízos fiscais, ao mesmo tempo em que aborda os aspectos materiais e temporais para a incidência do IRPJ. Com isso, visou-se a afastar o argumento de que a negativa da compensação integral de prejuízos fiscais representaria tributação de outra grandeza que não a renda:

"Voto Vencedor

Conselheiro Alberto Pinto S. Jr..

Com a devida vênia do ilustre Relator, ousou discordar do seu tão elaborado voto, por enxergar, nele, um caráter muito mais propositivo do que analítico do Direito posto.

Sustenta o ilustre relator que: *“o direito à compensação existe sempre, até porque, se negado, estar-se-á a tributar um não acréscimo patrimonial, uma não renda, mas sim o patrimônio do contribuinte que já suportou tal tributação”*.

Ora, se isso fosse realmente verdade, a legislação do IRPJ que vigorou até a entrada em vigor da Lei 154/47 teria ofendido o conceito de renda e chegaríamos à absurda conclusão de que, até essa data, tributou-se, no Brasil, outra base que não a renda. Da mesma forma, mesmo após a autorização da compensação de prejuízos fiscais (Lei 154/47), também não se estaria tributando a renda, pois sempre foi imposto um limite temporal para que se compensasse o prejuízo fiscal, de tal sorte que, em não havendo lucros suficientes em tal período, caducava o direito a compensar o saldo de prejuízo fiscal remanescente. Pelo entendimento esposado pelo ilustre Relator, a perda definitiva do saldo de prejuízos fiscais, nesses casos, também contaminaria os lucros reais posteriores, já que não mais estariam a refletir “renda”. Não é razoável imaginar que toda a legislação do IRPJ que vigorou até a entrada em vigor da Lei 9.065/95 (ou do art. 42 da Lei 8.981/95) tenha ofendido o conceito de renda, nem também é possível sustentar que a Lei 9065/95 tenha instituído um novo conceito de renda.

Note-se que o art. 43 do CTN trata do aspecto material do imposto de renda, seja de pessoa jurídica ou física, e não há que se dizer que a legislação do IRPF ofende o conceito de renda ali previsto, pelo fato, por

exemplo, de **não permitir** que a pessoa física que tenha mais despesas médicas do que rendimento em um ano leve o seu decréscimo patrimonial para ser compensado no ano seguinte.

Na verdade, o CTN não tratou do aspecto temporal do IRPJ, deixando para o legislador ordinário fazê-lo. Ora, se o legislador ordinário define como período de apuração um ano ou três meses, é nesse período que deve ser verificado o acréscimo patrimonial e não ao longo da vida da empresa como quer o Relator. Sobre isso, vale trazer à colação trecho colhido do voto do Min. Garcia Vieira no Recurso Especial nº 188.855-GO, *in verbis*:

“Há que compreender-se que o art. 42 da Lei 8.981/1995 e o art. 15 da Lei 9.065/1995 não efetuaram qualquer alteração no fato gerador ou na base de cálculo do imposto de renda. O fato gerador, no seu aspecto temporal, como se explicará adiante, abrange o período mensal. Forçoso concluir que a base de cálculo é a renda (lucro) obtida neste período. Assim, a cada período corresponde um fato gerador e uma base de cálculo próprios e independentes. Se houve renda (lucro), tributa-se. Se não, nada se opera no plano da obrigação tributária. Daí que a empresa tendo prejuízo não vem a possuir qualquer “crédito” contra a Fazenda Nacional. Os prejuízos remanescentes de outros períodos, que dizem respeito a outros fatos geradores e respectivas bases de cálculo, não são elementos inerentes da base de cálculo do imposto de renda do período em apuração, constituindo, ao contrário, benesse tributária visando minorar a má atuação da empresa em anos anteriores..”

Data máxima venia, confunde-se o Relator quando cita o art. 189 da Lei 6.404/76, para sustentar que “o lucro societário somente é verificado após a compensação dos prejuízos dos exercícios anteriores”. Primeiramente, por força do disposto nos arts. 6 e 67, XI, do DL 1598/77, o lucro real parte do lucro líquido do exercício, ou seja, antes de qualquer destinação, inclusive daquela prevista no art. 189 em tela (absorver prejuízos acumulados). Em segundo, os arts. 6 e 67, XI, do DL 1598/77 já demonstram, à saciedade, que o acréscimo patrimonial que se busca tributar é de determinado período - lucro líquido do exercício.

Sustenta também o Relator que “a compensação de prejuízos fiscais não deve ser entendida como um benefício fiscal” e traz jurisprudência do STJ nesse sentido. Todavia, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é em sentido contrário, ou seja, que “somente por benesse da política fiscal que se estabelecem mecanismos como o ora analisado, por meio dos quais se autoriza o abatimento de prejuízos verificados, mais além do exercício social em que constatados”, conforme dicção da Min. Ellen Gracie ao julgar o RE 344994.

Evidencia ainda o caráter de mera liberalidade do legislador ordinário, quando se verifica que, para o IRPF, decidiu-se que apenas os resultados da atividade rural podem ser compensados com prejuízos de períodos anteriores. Ou seja, o benefício de poder compensar prejuízos fiscais foi concedido apenas a uma parte do universo de contribuinte de IRPF.

Duas verdades óbvias se deduz de tal entendimento: primeiro, renda é o acréscimo patrimonial dentro do período de apuração definido em lei; segundo, a compensação de prejuízo poderia ser totalmente desautorizada

pele legislador ordinário, pois não haveria ofensa ao conceito de renda (art. 43 do CTN).

(...)

Vale ainda ressaltar que, quando o legislador ordinário quis, ele expressamente afastou a trava de 30%. Refiro-me ao art. 95 da Lei 8.981/95. Assim, nem mesmo o Poder Judiciário poderia chegar tão longe a ponto de criar, por jurisprudência, uma nova exceção à regra da trava de 30%, sob pena de se estar legislando positivamente."

O voto vencedor redigido pelo Conselheiro Alberto Pinto S. Jr. faz um interessante apanhado das normas concernentes ao imposto de renda, tanto de pessoas jurídicas quanto de físicas, que não permitem(iam) o aproveitamento tributário de resultados negativos anteriores e nem por isso desnaturaram o conceito constitucional de renda. Para corroborar sua tese, traz trecho de julgado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que declara expressamente que tais resultados negativos anteriores não são elementos inerentes da base de cálculo do imposto de renda. Seu aproveitamento tributário seria, isso sim, benesse tributária instituída pelo Estado para "minorar a má atuação da empresa em anos anteriores".

Após diferenciar o tratamento dado ao tema pelas Ciências Contábeis daquele que interessa à seara tributária ("renda é o acréscimo patrimonial dentro do período de apuração definido em lei"), o Redator faz observação relevante para o deslinde da controvérsia aqui examinada: existem exceções, legalmente previstas, à submissão da compensação ao limite de 30% do resultado positivo do período de apuração. E, entre elas, não está a pretendida pelo contribuinte. Em outras palavras: quando o legislador quis estabelecer exceções à regra geral, o fez expressamente.

A controvérsia também é abordada no voto vencedor do **Acórdão CSRF nº 9101-001.760, de 16/10/2013**, que trata com profundidade de vários aspectos relevantes para a discussão proposta:

"Voto Vencedor - Mérito

Marcos Aurélio Pereira Valadão - Redator Designado

(...)

Sopesando os argumentos da Fazenda e do Contribuinte, a I. Relatora inicialmente traça um histórico da legislação que rege a matéria da compensação de prejuízos. Peço vênias para reproduzir entre aspas trechos do voto da I. Relatora, porque desta forma se torna mais clara a contraposição de argumentos. A I. Relatora parte da constatação de que "nunca subsistiram limitações temporais e quantitativas concomitantemente" e conclui que isto se deve à razão de ser a compensação de prejuízos um direito do contribuinte, "inerente aos princípios que regem a apuração do IRPJ/CSLL e à lógica contábil que determina os efeitos intertemporais dos atos das pessoas jurídicas, a qual atribui os critérios de apuração do lucro líquido, ponto de partida para a apuração do IRPJ e da CSLL". Primeiramente, embora nunca tenham subsistido limitações temporais e quantitativas concomitantemente, até 1945, no Direito brasileiro, não existia possibilidade de compensação de prejuízos, ou seja, a limitação era total, assim os prejuízos de um período de apuração não eram transportados para o período seguinte, que eram considerados estanques. Ora, isto era muito

pior para o contribuinte, pois não havia limites porque simplesmente não era possível compensar o prejuízo, e a norma não foi considerada inconstitucional. No que diz respeito ao segundo argumento, embora a lógica contábil seja usada para o cálculo da base tributável do IRPJ e da CSLL, a base de cálculo do imposto está sob o império da lei que pode, inclusive, ser diferente, ou mesmo contrária à lógica contábil, que é lastreada em princípios geralmente aceitos, resoluções e pronunciamentos de instituições de Direito Privado, etc... Ocorre que em matéria de direito público, sempre prevalece a lei. Assim, em que pesem argumentos que possam ser procedentes dentro da lógica contábil na qual todo prejuízo deve ser confrontado com os resultados dos períodos seguintes (e imediatamente), esta não é a lógica legal.

Na verdade, a lógica da lei tem a ver com dois aspectos essenciais ao caso, a periodização e o fato gerador do imposto de renda.

A periodização é importante pois há que se confrontar situações em tempos diferentes para que se identifique se a empresa tem ou não prejuízo, se a empresa tem ou não lucro. Esta lógica contábil existe para se informar ao dono do "equity" acionista ou sócio, como está evoluindo seu patrimônio, o que só tem lógica se forem confrontados períodos distintos. E daí se faz a escolha temporal, que pode ser cinquenta anos, dez anos, um ano, seis meses, três meses, um mês, etc, aquilo que a lógica contábil entender conveniente em termos de mercado, pois como foi dito informar ao dono do capital a situação do seu patrimônio é a função da contabilidade. No caso brasileiro, este prazo está na própria lei comercial (art. 175 da Lei. 6.404/1977, prevê o exercício social de um ano, e em seu Par. Único permite períodos distintos). Daí que em função da continuidade, ou princípio da continuidade, os prejuízos têm que ser levados em conta, pois o acionista ou sócio não olha o seu investimento por períodos equivalentes ao exercício social, mas por todo o período do investimento que planejou, embora tenha que "tomar o pulso" de tempos em tempos (e.g., balanços mensais, semestrais ou anuais, com os prejuízos passando para o período seguinte). Assim, um acionista que tem em perspectiva ações de uma empresa por um determinado período, olha o quanto o investimento vale no início e no final do período; assim, vinculado a uma lógica contábil, todos os ganhos e todas as perdas do período devem ser computados continuamente, é o princípio da continuidade operando, o que lhe dá o resultado final ao longo do período. Veja-se que a função da contabilidade, ou pelo menos uma das funções principais, é informar ao dono do capital a situação do seu investimento.

Na verdade, está se assumindo o princípio da continuidade e seus efeitos nos lucros, mais no seu sentido econômico, porque no seu sentido contábil mais exato o princípio da continuidade não trata disto, mas sim na forma com que os ativos são avaliados, a depender da continuidade da empresa. Diz a resolução CFC 750/1993 (com redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10), quando trata dos princípios da contabilidade: "Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância." Ou seja, este princípio diz respeito à precificação dos componentes do patrimônio, nada indicando que decorre dele a imposição principiológica do aproveitamento de prejuízos de um período em relação a outro. Mas, *ad argumentandum tantum* e seguindo a lógica econômica da compensação de prejuízos como decorrência da

continuação da empresa, que se presume indefinidamente, os prejuízos e lucros se compensariam contínua e indefinidamente.

Mas esta não é a lógica da legislação tributária. Para efeitos tributários, a periodização tem como função firmar o aspecto temporal para efeito de se verificar se entre o momento inicial e momento final houve variação patrimonial positiva (atualmente a lei prevê este lapso em três meses, e opcionalmente de um ano, para o lucro real). Veja-se que o fato de a legislação tributária permitir que se transponha o prejuízo de um período para o período seguinte é uma decisão de política tributária. Diga-se de passagem, uma política correta, mas que obedece aos princípios legais e não aos princípios contábeis. Assim, o aproveitamento de prejuízos é uma decisão de política tributária (em linha com a política econômica), mas não entendo que seja um benefício fiscal, pois não se enquadra neste conceito, mesmo porque é geral. Neste aspecto específico concordo com a posição da I. Relatora. Benefício fiscal ocorre quando a lei tributária concede o aproveitamento integral (sem a trava dos 30%) para algumas atividades, isto porque difere da regra geral da sujeição à limitação dos 30 %. Ou seja, o aproveitamento de prejuízos não pode ser considerado um benefício fiscal, mas tão somente nas situações que se dirijam a atividades específicas em que se permite um tratamento mais benéfico, com o aproveitamento integral (enquanto os outros contribuintes têm a “trava”).

Posto de outra forma, decorre de decisão em sede política tributária e econômica que a legislação tributária permita a dedução de prejuízos, mas isto por uma lógica econômica de formação de capital, e não simplesmente por uma lógica contábil. A lógica econômica é que a dedução de prejuízo na verdade implica em um alongamento do período de apuração, permitindo que a empresa se recupere de períodos sem lucro (como é típico do início das atividades, em face de perspectivas futuras).

Em suma, a dedutibilidade do prejuízo, embora impacte a base de cálculo do imposto de renda, é matéria legal, não se contrapondo a princípios constitucionais que informam a matéria tributária, como entende a I. Relatora. A lei pode tanto impedir totalmente o aproveitamento do prejuízo, como, de fato, fazia por volta de 68 anos atrás para pessoas jurídicas em geral e assim o faz até hoje, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido ou pelo Simples. Por outro lado, a lei pode permitir o aproveitamento integral, como faz para algumas atividades, como pode impor limites temporais (como fazia até pouco tempo) ou quantitativos (como o faz atualmente), sem que possa ser considerada violadora de qualquer princípio ou regra constitucional. (...)

(...)

Outro argumento expedido pela I. Relatora, muito semelhante ao primeiro, diz respeito à obediência da norma tributária aos princípios e normas contábeis, no que se refere à apuração da base do IRPJ e da CSLL. Ocorre que, neste caso, o tratamento dado pela legislação tributária diverge da norma comercial, mas é consentâneo com a própria Lei n. 6.404/1977, a lei comercial e contábil, que prevê em seu art. 177, §7º (redação atual dada pela Lei nº 11.941/ 2009) que tratamento tributário diferente pode ser dado pela legislação tributária, conforme seu art.177, *in verbis*:

(...)

Ou seja, a própria lei que dispõe sobre o tratamento tributário da apuração contábil ressalva que a aplicação das normas tributárias com critérios diferentes deve ser observada. Assim, não há contradição entre norma tributária e norma contábil, mesmo porque o tratamento dado à apuração do lucro real direciona justamente à apuração do lucro com base na legislação comercial sucedido pelos ajustes previstos da norma tributária (adições e exclusões), conforme preconiza o art. 6º do Decreto-lei nº 1.598/1977, e também o art. 17 da Lei nº 11.941/2009 (Lei que tratou das novas normas contábeis) e tributação, introduzindo o denominado regime tributário de transição RTT). Ou seja, a vedação de aproveitamento de prejuízos persiste mesmo no caso de encerramento da empresa, à míngua de previsão legal tributária. Não se pode impor normas e princípios contábeis para alterar a legislação tributária, criando uma situação excepcional onde a norma tributária não prevê exceção.

(...)

Outra linha argumentativa da I. Relatora se fia na história legislativa do dispositivo que implementou a trava dos 30% (MP n. 998/1995). Todos os argumentos normogenéticos são pertinentes e admissíveis, e é justamente o que se debate aqui, mas a lei não criou exceções. O que a exposição de motivos (EM) noticia é justamente que o aproveitamento não é limitado no tempo, mas não cogita e nem especifica o que ocorreria caso a empresa encerrasse as atividades, assim como não o faz a lei. Trata-se de interpretação da exposição de motivos, pois ela, a EM, literalmente não diz que não há trava no encerramento das atividades. Por outro lado, a história legislativa de determinado dispositivo não permite um embargo interpretativo com efeitos legislativos infringentes, mas tão somente teleológicos.

(...)

Nesta linha de argumentos, durante os debates da sessão foi também foi suscitada a tese de que o prejuízo teria a mesma natureza de patrimônio, isto seria um "ativo". Disto decorreria que haveria tributação sobre o patrimônio (prejuízo), se não fosse permitida sua dedutibilidade. Ocorre que prejuízo (perda), no meu entender não é ativo. A legislação tributária, norma de sobreposição, consentânea com a economia e as bases econômicas da atividade empresarial, concede o aproveitamento dos prejuízos dentro da lógica da continuidade empresarial, mas daí a entender que prejuízo acumulado pode representar patrimônio, é o mesmo que dizer que tanto faz lucro ou prejuízo, o que contrasta com a própria lógica econômica. A empresa distribui lucro ou ativa lucro, não distribui prejuízo, nem ativa prejuízo. Ninguém persegue o prejuízo, a atividade empresarial persegue o lucro. Norma que permite transmutar perda em lucro com base na *rationale* de que a perda tem valor patrimonial é uma contradição em si mesma. Contudo, é verdade que dada a perspectiva (expectativa) de que o prejuízo fiscal em um dado exercício diminua o tributo devido em um exercício posterior, no futuro, há a possibilidade se ativar esta expectativa de direito, a título de ativo fiscal diferido (conforme, e.g., Resolução CFC n. 1189/09). Trata-se de perspectiva de impacto patrimonial positivo, como é qualquer redução de custo, ainda que tributário. Assim, o prejuízo fiscal, que difere do prejuízo contábil (podendo haver caso de lucro contábil com prejuízo fiscal, o que não é infrequente) pode ser considerado uma espécie de expectativa de direito com perspectivas de consequências patrimoniais positivas.

Contudo, é um argumento puramente contábil e se aplica, na perspectiva puramente contábil. Ou seja, isto tudo é uma questão contábil e que, neste aspecto, nada tem a ver com a limitação legal de aproveitamento de prejuízo fiscal, que só comporta exceções legais. O fato dos prejuízos fiscais acumulados constarem da parte B do Lalur e de reduzirem tributo a pagar no futuro, não lhes dá o condão de patrimônio.

(...)

Quanto ao argumento relacionado à jurisprudência judicial, o único ponto relevante é que entendo que a decisão do STF de que a trava é constitucional impacta o presente processo ainda que indiretamente. Uma coisa o STF reconhece de pronto, qual seja: o tema é matéria de lei e esta lei não é inconstitucional. Embora o STF não tenha discutido a questão da trava na extinção da empresa especificamente, a decisão é um indicativo claro de que a vedação total no encerramento da empresa é também matéria de lei infensa à questionamento constitucional. De outro lado, se não for assim entendido estaríamos a discutir a inconstitucionalidade de lei, o que regimentalmente não podemos fazer, ou então, haveria uma omissão legal, o que não há. O que corrobora a conclusão de que para se aceitar o afastamento da trava na hipótese em debate teria que haver previsão expressa da lei tributária, o que também não há.

(...)

Assim, o entendimento que adoto é também consentâneo com a direção que está seguindo a jurisprudência contemporânea do CARF, embora reconheça que haja divergências, as quais respeito, embora divirja.

Desta forma, entendo não deve ser admitida exceção não prevista em lei tributária, quando a lei tributária fixa limites para o aproveitamento de prejuízos, devendo ser negada o aproveitamento integral dos prejuízos no encerramento das atividades da empresa, que está limitado a 30%, na forma da legislação tributária."

O I. Redator expõe brilhantemente, com notável grau de detalhamento, as razões que prevaleceram naquele julgamento a respeito de vários aspectos relevantes para o debate acerca do afastamento da trava de 30% no caso de empresa extinta: inexistência de direito adquirido à compensação de prejuízos fiscais já registrados; independência da lei tributária em relação às normas contábeis; constitucionalidade das restrições legais à possibilidade de compensação pelos contribuintes.

Além disso, aborda também outro tipo de argumentação a meu ver inadequada, que procura defender o entendimento de que a aplicação da trava de 30% à compensação promovida por pessoa jurídica prestes a ser incorporada resultaria no abandono forçado de um ativo seu, de origem tributária, assegurado em lei.

Com muita propriedade, o voto transcrito há pouco admite que tal tese pode ser dotada de algum sentido se analisada sob o ponto de vista puramente contábil. Mas não se pode admitir a tentativa de se atribuir ao prejuízo fiscal acumulado a natureza de patrimônio. Tal configuração afrontaria a própria lógica econômica das empresas, uma vez que, de certa forma, estar-se-ia pretendendo transmutar a perda em lucro.

Considero que os argumentos que fundamentaram a decisão recorrida foram refutados pelas decisões administrativas acima referidas, cujas razões de decidir transcritas adoto como minhas.

Acrescento ainda, a título de ilustração, que esta CSRF, em seus julgamentos mais recentes, tem se mantido fiel ao entendimento aqui adotado, pela impossibilidade de dispensa do limite legal, para a compensação, de 30% do lucro real, mesmo no encerramento das atividades da pessoa jurídica. Neste sentido os Acórdãos nº 9101-002.153, nº 9101-002.191, nº 9101-002.192, nº 9101-002.207, nº 9101-002.208, nº 9101-002.209, nº 9101-002.210, nº 9101-002.211 e nº 9101-002.225.

A meu ver, o principal aspecto da polêmica em pauta reside no equivocado entendimento de que necessariamente deve haver uma completa comunicação entre os períodos de apuração do IRPJ.

É precisamente esse entendimento que dá azo à idéia de que todo o prejuízo ao longo da história da empresa deve ser confrontado com todo o lucro auferido ao longo do tempo.

Entretanto, a tributação do IRPJ não se dá dessa forma.

Com efeito, o que se tributa é a renda/lucro (acréscimo patrimonial) auferida em um determinado período de apuração, e não a renda/lucro resultante de toda a existência da empresa.

No julgamento do já referido RE nº 344994, o STF, apesar de não ter examinado a questão do limite de 30% para compensação de prejuízo fiscal em caso de extinção de empresa, deixou bem claro que a lei aplicável em relação à compensação de prejuízo fiscal é a lei vigente na data do encerramento do exercício fiscal.

Tal pronunciamento veio no sentido preciso de afirmar a independência entre os exercícios, o que também ficou bem evidenciado pelas situações apontadas nas decisões da Câmara Superior de Recursos Fiscais transcritas neste voto (em especial, a evolução histórica do instituto e o paralelo com a tributação da renda das pessoas físicas).

Nesse mesmo passo, vale ainda observar que não há doutrinadores defendendo a possibilidade de compensação de prejuízos futuros com lucros anteriores, dando margem a repetição de indêbitos. Caso isso fosse possível, pagamentos realizados no passado poderiam vir a ser considerados indevidos em razão de prejuízos futuros. Contudo, tal hipótese é prontamente repelida pelo senso comum da prática tributária, e a ilustração permite visualizar claramente que os exercícios devem mesmo ser independentes.

De todo o exposto, pode-se concluir que a continuidade da empresa não implica em um direito adquirido à compensação de prejuízo fiscal, independentemente do aspecto temporal para a incidência do imposto; que o referido limite de 30% não desnatura a materialidade do imposto (renda/lucro em determinado período de apuração); e que a compensação de prejuízos fiscais deve observar o limite legal de 30% do lucro real, mesmo no caso de encerramento das atividades da pessoa jurídica, seja por cisão/incorporação, ou por qualquer outro evento.

Tem-se que no ano-calendário de 2004 (31.10.2004), Sumatra Cafés do Brasil S/A., CNPJ 52.681.616/0001-79, foi extinta por cisão. A sucessora Sumatra - Comércio Exterior Ltda. é a responsável pelos tributos devidos pela sucedida. A empresa Sumatra Cafés do Brasil S/A., na DIPJ referente ao evento de extinção, compensou o lucro real apurado no decorrer de 2004 com os prejuízos fiscais de períodos anteriores, sem a limitação de 30% prevista na legislação tributária. Verifica-se que a circunstância de a pessoa jurídica Sumatra Cafés do Brasil S/A. ter sido cindida, com a extinção de sua personalidade jurídica, não permite a compensação sem limitação dos prejuízos fiscais dos anos anteriores.

Restou bastante evidenciado que deve prevalecer a regra geral impositiva para todos os efeitos legais, qual seja, que a limitação a 30% da compensação dos prejuízos fiscais impõe-se inclusive no caso de extinção da pessoa jurídica.

Nesse passo, deve ser restabelecido o lançamento a título de IRPJ.

Conclusão

Desse modo, voto no sentido de CONHECER do recurso especial interposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e DAR-LHE provimento.

(assinado digitalmente)

Rafael Vidal de Araújo

Voto Vencedor

Conselheira Adriana Gomes Rêgo - Redatora Designada

Em que pese o muito bem fundamentado voto proferido pelo ilustre Conselheiro relator, este colegiado divergiu de sua conclusão quanto ao conhecimento do recurso especial da Procuradoria em relação à CSLL.

A discussão cinge-se ao conhecimento ou não do recurso especial quanto à CSLL, uma vez que em sede de contrarrazões a contribuinte argumentou que ao apontar a suposta afronta somente ao artigo 15 da Lei nº 9.065, de 1995, a Procuradoria prosseguiu na discussão apenas em relação ao lançamento de IRPJ.

Em seu voto, o ilustre relator entendeu, com base no Manual de Exame de Admissibilidade de Recurso Especial, que para o conhecimento do recurso "basta que se alegue contrariedade à lei *lato sensu*", a partir dessa alegação "a Câmara Superior deverá passar em revista ao ordenamento jurídico para identificar contrariedade a alguma lei".

Conforme exposto pelo relator, quando o recurso especial da Procuradoria busca fundamento no art. 7º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 147, de 25/06/2007, ele indica apenas os dispositivos legais referentes ao IRPJ, ou seja, o art. 15 da Lei 9.065/95 e o art. 514 do RIR/99, restringindo toda sua argumentação a esse tributo.

Assim, este colegiado entende que a matéria referente à CSLL não deve ser conhecida, por não ter sido feita no recurso especial a indicação do artigo 16 da Lei nº 9.065,

de 1995. Ora, em relação à compensação de prejuízo fiscal, a referida lei possui dispositivos específicos para tratar sobre IRPJ e CSLL, os artigos 15 e 16, respectivamente. De forma que não se pode pretender discutir CSLL a partir apenas da indicação de dispositivo que trata sobre o IRPJ. Senão, transcrevo os referidos dispositivos:

Art. 15. O prejuízo fiscal apurado a partir do encerramento do ano-calendário de 1995, poderá ser compensado, cumulativamente com os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, com o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, observado o limite máximo, para a compensação, de trinta por cento do referido lucro líquido ajustado. Produção de efeito (Vide Lei nº 12.973, de 2014)

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente se aplica às pessoas jurídicas que mantiverem os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante do prejuízo fiscal utilizado para a compensação.

Art. 16. A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, quando negativa, apurada a partir do encerramento do ano-calendário de 1995, poderá ser compensada, cumulativamente com a base de cálculo negativa apurada até 31 de dezembro de 1994, com o resultado do período de apuração ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação da referida contribuição social, determinado em anos-calendário subsequentes, observado o limite máximo de redução de trinta por cento, previsto no art. 58 da Lei nº 8.981, de 1995. Produção de efeito

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente se aplica às pessoas jurídicas que mantiverem os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios da base de cálculo negativa utilizada para a compensação. (Grifei)

O recurso especial analisado tem fundamento no artigo 7º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 147, de 2007, que assim dispunha:

Art. 7º Compete à Câmara Superior de Recursos Fiscais, por suas Turmas, julgar recurso especial interposto contra:

I - decisão não unânime de Câmara, quando for contrária à lei ou à evidência da prova;

[...]

§ 1º No caso do inciso I, o recurso é privativo do Procurador da Fazenda Nacional; no caso do inciso II, sua interposição é facultada também ao sujeito passivo. (Grifei)

De acordo com regra de transição garantida pela Portaria MF nº 343, de 2015, apresentada pelo próprio Manual de Admissibilidade de Recurso Especial, os recursos com base no dispositivo citado devem ser processados de acordo com o rito previsto no artigo 15 do Regimento Interno da CSRF, aprovado pela Portaria nº 147, de 2007, o qual estabelecia

que o recurso deveria demonstrar de forma fundamentada a contrariedade à lei. Nesse sentido, dispunha o artigo 15:

Art. 15. O recurso especial, do Procurador da Fazenda Nacional ou do sujeito passivo, deverá ser formalizado em petição dirigida ao Presidente da Câmara que houver prolatado a decisão recorrida, no prazo de quinze dias contados da data da ciência da decisão.

§ 1º Na hipótese de que trata o inciso I do art. 7º deste Regimento, o recurso deverá demonstrar, fundamentadamente, a contrariedade à lei ou à evidência da prova e, havendo matérias autônomas, o recurso especial alcançará apenas a parte da decisão não unânime contrária à Fazenda Nacional.

É verdade que, para efeito de admissibilidade, basta apontar a contrariedade à lei. Entretanto, não se pode ampliar o recurso para o que sequer foi apontado.

No caso em apreço, como havia dois dispositivos distintos tratando dos tributos e somente um foi apontado pela recorrente como sendo contrariado, não se pode conceber que a contrariedade foi arguida também em relação ao outro dispositivo, qual seja, o art. 16 da Lei nº 9.065, de 1995.

Desse modo, em razão da falta de indicação do dispositivo legal referente à CSLL contrariado, a despeito de a Lei nº 9.065, de 1995, trazer dispositivo específico sobre o tributo, há de se acatar a segunda preliminar apresentada nas contrarrazões, para fins de reconhecer que o exame do recurso especial da PGFN deve ficar restrito ao lançamento a título de IRPJ.

(assinado digitalmente)

Adriana Gomes Rêgo